



PREFEITURA MUNICIPAL
**RIBAS DO RIO
PARDO**

Fls. 086
Proc. 112123
Rub. my

Ribas do Rio Pardo – MS, 26 de setembro de 2023.

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SED
À PROCURADORIA JURÍDICA

PROCESSO Nº 112/2023

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE PARECER JURÍDICO.

Objeto: Contratação do artista BRAÚLIO BESSA através da empresa Braúlio Bessa Uchoa Ltda para show artístico com o tema "POESIA QUE TRANSFORMA" a se realizar no evento da 3ª edição do Conecta Ribas, atendendo as necessidades da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo (MS).

Com a presente vimos solicitar Parecer Jurídico com vistas a análise do Processo nº 112/2023 para procedimento de Inexigibilidade de Licitação, objetivando a contratação do objeto acima.

Atenciosamente,


NIZAEL FLORES DE ALMEIDA
Secretário Municipal de Educação-SED



EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. DIREITO CONSTITUCIONAL. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PARA INEXIGIBILIDADE.

I - RELATÓRIO

Cuida-se da análise pertinente à solicitação feita pela Secretária Municipal de Educação que solicita parecer jurídico acerca da possibilidade de contratação do artista BRAÚLIO BESSA mediante inexigibilidade para show artístico com o tema “POESIA QUE TRANSFORMA” a se realizar no evento da 3ª edição do Conecta Ribas, atendendo as necessidades da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo (MS).

É o breve relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Preliminarmente observo que é válida a justificativa de inexigibilidade nessa hipótese por conta da clara inviabilidade de competição, pois não há critérios objetivos para aferir a melhor proposta para a Administração Pública, não havendo, por consequência, supedâneo fático para a realização do procedimento licitatório, além desse requisito, justifica-se também a consagração do artista pelo público local e regional, bem como ao fato do preço proposto para apresentação do artista estar compatível com os praticados no mercado.

O art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93 assim dispõe:



Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III – para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Considerando, que mesmo sendo inviável a competição, o administrador público não está inteiramente livre para a contratação, é preciso a observância de determinados requisitos legais, do qual deverá ser fundamentado e comprovado em um processo de inexigibilidade.

Assim, pela redação do art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93, para a contratação de profissional do setor artístico é preciso a formalização do respectivo processo para a aferição e comprovação das exigências, quais sejam:

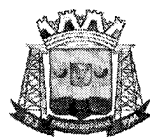
- 1) Contrato deve ser firmado pelo próprio contratado ou por meio de empresário exclusivo;
- 2) Consagração do artista pela crítica especializada ou pela opinião pública deve estar devidamente demonstrada nos autos da inexigibilidade;
- 3) Razão da escolha do profissional do setor artístico;
- 4) Justificativa do preço.

Fls. 080
Proc. 112/23
Rub. ca

Em observância a esses requisitos impostos por lei, a administração não se esquivou dessa obrigação, tendo em vista que todos os requisitos foram cumpridos, sendo demonstrados nos autos do processo e nessa justificativa de inexigibilidade com todos os fundamentos legais trazidos pela doutrina e jurisprudência, vejamos:

O Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 351/2015 – 2º Câmara, determinou que é necessária: “a apresentação do contrato de exclusividade entre os artistas e o empresário contratado para caracterizar a hipótese de inexigibilidade de licitação (...) de modo que simples autorizações ou cartas de exclusividade não se prestam a comprovar a inviabilidade da competição, pois não retratam uma representação privativa para qualquer evento em que o profissional for convocado”.

Portanto, em cumprimento as determinações da jurisprudência, assim como ao art. 25, inciso III, da Lei n. 8.666/93, do qual se refere expressamente à contratação de profissional de setor artístico diretamente com o próprio artista ou por meio de seu empresário exclusivo que é aquele que gerencia o artista ou banda de forma permanente, comprovou deter a exclusividade para comercializar o show da banda, no caso em tela, a contratação será por intermédio do próprio artista BRAULIO BESSA UCHOA EIRELI, como se observa nos documentos constantes no processo.



Conforme relato do Secretário de Educação do Município nos autos do processo administrativo do qual decorrerá essa inexigibilidade, a razão da escolha do palestrante, se deu para a concretização do Conecta Ribas 2023 que acontecerá no período de 10 à 11 de novembro de 2023, fundamentalmente consagrado pela opinião pública e crítica especializada, sendo muito conhecido pelos shows que realiza, o público gozando de excelente conceito e aceitação popular, não paira nenhuma dúvida que a palestrante, possui reputação, experiência e conhecimento compatíveis com a dimensão do evento que se propõe a Administração Municipal realizar ao Município de Ribas do Rio Pardo, MS.

Apurando os fatos trazidos pela Secretaria de Educação do Município em relação a escolha do artista, observo que o palestrante é muito conhecido pelo show que realiza, gozando de excelente conceito e aceitação popular, estando devidamente comprovada a consagração desse palestrante pelo público nacional.

Os ilustres juristas BENEDICTO DE TOLOSA FILHO e LUCIANO MASSAO SAITO, em sua obra denominada “Manual de Licitações e Contratos Administrativos”, ensina que:

“A hipótese de inexigibilidade para contratação de artista é a mais pacífica, desde que o escolhido, independentemente de estilo que, diga-se de passagem, é muito subjetivo, seja consagrado pelos críticos especializados e pelo gosto popular. O artista tem que ser conhecido, mas não precisa, necessariamente ser excepcional. Com a grande extensão territorial e o regionalismo de cultura existente no Brasil, com o afloramento regionalizado de tradições e de folclore, o conceito de consagração popular deve ser tomado de forma particularizada, isto é, um artista muito popular no norte pode não ser conhecido no sul, sendo, assim, na sua região a licitação é inexigível”.

A necessidade de justificativa de preços (estimativa) está prevista nos artigos 7º, §2º, inciso II, e 40, §2º, inciso II, ambos da Lei nº 8.666/93, e pelo princípio da razoabilidade a administração utilizou para este evento o critério semestral para a estimativa dos preços, visando fundamentar o valor da contratação com base na média dos valores dos contratos celebrados pelo profissional do setor artístico foram solicitados comprovações dos preços praticados no mercado pelo CONTRATADO por meio de notas fiscais ou contratos de prestação de serviços, tendo sido apresentados os valores abaixo:

Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo

Rua Conceição do Rio Pardo, 1725 – Centro – Ribas do Rio Pardo/MS

CEP: 79180-000

Tel.: (67) 3238-1175

www.ribasdoriopardo.ms.gov.br



Contratante	Objeto do contrato	Valor
Prefeitura Municipal de Araruama/RJ NF: 540 CNPJ: 28.531.762/001-33	Contratação da Empresa Braulio Bessa, para apresentação de palestra espetáculo "A Poesia que Transforma", no dia 27/05/2023, no evento Araruama Literária. Proc. 9757/23	R\$ 70.000,00
Município de São Gonçalo/BA NF: 460 CNPJ: 14.060.602/0001-49	Contratação da Empresa Braulio Bessa, para apresentação de palestra Talk Show, no dia 09/07/2022, no Festival de inverno.	R\$ 67.000,00
Prefeitura Municipal de Telha/SE NF: 536 CNPJ: 13.118.591/0001-48	Contratação da Empresa Braulio Bessa, para apresentação de palestra espetáculo "A Poesia que Transforma", no dia 04/05/2023. Proc. 20/23	R\$ 65.000,00
MÉDIA		R\$ 67.333,33

Sobre a justificativa do preço o TCU por meio do Acórdão n.º 822/2005 (Plenário), afirmou que: Quando contratar a realização de cursos, palestras, apresentações, shows, espetáculos ou eventos similares, demonstre, a título de justificativa de preços, que o fornecedor cobra similar preço de outras Prefeituras.

Assim sendo, demonstramos através da planilha acima com a média dos preços, que o valor proposto pelo artista é compatível com os preços praticados no mercado de shows artísticos para eventos similares ao que será contratado pelo município, neste processo de inexigibilidade. Verifico que o custo está dentro do esperado, o que é completamente possível a realização da contratação da mesma.

A minuta do contrato está em consonância com as exigências da Lei.

Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo

Rua Conceição do Rio Pardo, 1725 – Centro – Ribas do Rio Pardo/MS

CEP: 79180-000

Tel.: (67) 3238-1175

www.ribasdoriopardo.ms.gov.br



III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, pina-se pela POSSIBILIDADE DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, para contratação do artista BRAÚLIO BESSA, nos termos do artigo 25, inciso III da Lei n. 8.666/93.

Ribas do Rio Pardo, 27 de setembro de 2.023.

Tamires Rafaela O. Sancho
TAMIRES RAFAELA DE OLIVEIRA SANCHO

PROCURADORA ADJUNTA DO MUNICÍPIO - PORTARIA Nº 02/2023

OAB/MS Nº. 25.835